

Índio amado como irmão mas tratado como cão

O bispo de Abaetetuba (Pará), D. Angelo Frosi, responsável pela linha missionária da Igreja do Brasil, concedeu entrevista ao mensário PORANTIM, onde fez uma série de denúncias. A entrevista, na íntegra:

Como o sr. vê a Pastoral Indigenista hoje no Brasil?

— Há um despertar crescente para a necessidade de uma Pastoral Indigenista no Brasil, a partir de um conhecimento sério e profundo da realidade indígena. Muitos se questionam com referência à metodologia e à finalidade desta pastoral. Creio que, como Igreja precisamos ter uma visão global do homem em todas as suas dimensões: sócio-econômica, política, moral e religiosa, uma visão inspirada no Evangelho. Cristo quer salvar e libertar o homem todo do pecado e das suas consequências, que impedem a realização do Reino de Deus. Por isso, a Pastoral indigenista tem que ser abrangente e fazer com que o Evangelho penetre, valorize e purifique as culturas indígenas. A Boa Nova de Cristo exige que nos tornemos solidários com os povos indígenas nas suas lutas pela terra e pela autodeterminação para que existam como povos, oferecendo ao mundo de hoje outro modelo de sociedade que desafie a nossa sociedade individualista e consumista. A Pastoral Indigenista, bem entendida e vivida, é uma força de renovação para toda a Pastoral da Igreja.

Como o sr. vê o relacionamento do CIMI com as Prelazias, sobretudo com aquelas não identificadas com a filosofia de trabalho do CIMI?

— O CIMI é algo de relativamente novo como órgão da Igreja no Brasil e se apresenta agora muito identificado com os problemas sociais das populações indígenas: terra, educação, saúde, po-

lítica — problemas básicos que exigem atenção urgente. Até que ponto a missão específica da Igreja — a evangelização — está sendo assumida pelo CIMI? — Sendo que o CIMI é "Igreja" e a Igreja existe para evangelizar (Ver Puebla, Cap. 1: "O que é evangelizar"), o que é que norteia o CIMI na sua atuação? Aqui, me parece, é necessário um diálogo sincero e uma grande capacidade de escuta seja por parte da prelazia como por parte do CIMI. — Por outro lado, o CIMI se insere naquela tensão que existe na Igreja en-

tre a corrente dedutiva e a corrente indutiva no campo pastoral.

O sr. acha importante o Intercâmbio de experiências entre as Igrejas na América Latina no que diz respeito à questão indígena?

— A questão indígena precisa ser enfrentada no âmbito da nação e do continente Latino-Americano para que se apresente em todos os seus aspectos e assim possa ter mais força para conseguir os resultados justos e desejados. Por isso é necessário que haja o intercâmbio de experiências de tentativas, de metodologia de libertação, de esperança. Os povos indígenas assim descobrirão com mais clareza a sua identidade e a força que os une na mesma causa.

Sobre o PAN-AMAZÔNICO: O que o Sr. Acha da idéia? Em que nível está a organização? Existe uma data marcada?

— O 1.º Encontro Pan-Amazônico foi um momento eclesial muito impressionante, porque reuniu pessoas, engajadas na mesma causa, à procura de caminhos mais certos para uma evangelização autêntica e integral, no âmbito de toda Amazônia, Brasileira e não Brasileira. Apresenta-se a necessidade de um segundo encontro Pan-Amazônico para dar continuidade ao primeiro e, sobretudo, para realizar com coragem e determinação as orientações pastorais do documento de Puebla.

Encontros, como estes, precisam de uma boa preparação nas bases, para que sejam eficazes. Por isso a CNBB está sugerindo que o encontro se realize no mês de novembro de 1980 e pretende entrar logo em contato com o Departamento das Missões do CELAM para dar início a todo um processo de preparação e programação.

Como o sr. vê o relacionamento do CIMI com o Governo Brasileiro e mais especificamente com a FUNAI?

Com palavras e com gestos concretos, o CIMI proclama e vive a sua missão a serviço do índio. Cada passo dado no caminho da libertação marca a história de um povo, mesmo quando a caminhada possa ser interrompida por forças alheias. Tudo aquilo que favorece a caminhada do índio na conquista dos seus direitos deveria ser apoiado pelo CIMI, pela Igreja, mantendo sempre uma grande capacidade de discernimento e senso crítico, perante o governo e a FUNAI, apoiando o que é bom e denunciando o que é contrário ao bem comum. Para isso é necessário ter lucidez, sabedoria e coragem.

Quadro geral da população indígena do Brasil

AGOSTO DE 1979

REGIONAIS	População
1. Acre-Rorônia-Lábrea-Humaitá	12.582
2. Roraima-Amazonas (parte do Estado)	60.842
3. Pará-Amapá	10.452
4. Maranhão-Norte de Goiás	9.228
5. Mato Grosso do Norte	11.388
6. Mato Grosso do Sul	21.090
7. Leste-Nordeste	26.278
8. Sul	13.500
TOTAL	165.360
Grupos Arredios	15.000
Destribalizados	30.000
TOTAL GERAL	210.360

* Ainda que em recente documento para a Comissão Interministerial que estuda a política florestal, FUNAI faça referência a 30.000 arredios, preferimos ficar com os dados apresentados pelo Pe. Egidio Schwade.

** Segundo pesquisas da Universidade do Amazonas (1976) é estimado para Manaus, 10.000 índios destribalizados.